


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Araraquara
FORO DE ARARAQUARA
4ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, n. 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: Araraq4cv@tjsp.jus.br

CONCLUSÃO

Em 17/10/2018 15:17:46, faço estes autos conclusos à MMª. Juíza de Direito, **Dra. ANA CLÁUDIA HABICE KOCK**. Eu, _____, Escrivão Judicial I, subscrevo.

SENTENÇA

Processo nº: 0010742-46.2018.8.26.0037
Classe - Assunto: **Cumprimento de Sentença - Indenização por Dano Material**
Exequente: Central Energetica Moreno Acucar e Alcool Ltda.
Executado: João Sônego Transportes Ltda e outro

Juiz(a) de Direito: Dr(a). ANA CLAUDIA HABICE KOCK

Vistos.

Trata-se de **IMPUGNAÇÕES AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA** opostas por **MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A** e **JOÃO SÔNEGO TRANSPORTES EIRELI**, por intermédio das quais alegam fato extintivo do direito da impugnada, qual seja, pagamento.

Dada vista à impugnada, manifestou-se contrariamente, requerendo a rejeição das impugnações, além da incidência de multa e honorários advocatícios de dez por cento sobre o valor exequendo.

Com este breve relatório, passo a decidir.

O título executivo judicial fixou condenação das rés ao pagamento da importância de R\$1.120,00 referente à franquia do seguro e ao bônus de renovação perdido, com a incidência de correção monetária a partir da data do evento danoso e juros de mora de 1% ao mês a partir da citação.

A condenação das rés foi solidária, aplicando-se a norma do art. 275 e seguintes do Código Civil, ou seja, cada devedor solidário é obrigado à satisfação de toda a dívida ou parte dela. Logo, o credor tem direito a exigir e receber de um ou de alguns dos devedores, parcial ou totalmente, a dívida comum; se o pagamento tiver sido parcial, todos os demais devedores continuam obrigados solidariamente pelo resto.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Araraquara
FORO DE ARARAQUARA
4ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, n. 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: Araraq4cv@tjsp.jus.br

Pela análise do processo n. 0001747-44.2018.8.26.0037, apura-se o pagamento total de R\$2.590,05, dos quais **R\$1.316,44** pagos pela impugnada (R\$255,01 - fls. 11, R\$1.015,03 - fls. 47 e R\$46,40 - fls. 74/75), **R\$267,16** (fls. 19) quitados pela impugnante, Mapfre, e **R\$1.006,45** (fls. 43) satisfeitos pelo impugnante, João Sônego.

Não se cogita da necessidade de ação própria para satisfação da obrigação entre os devedores solidários, haja vista a existência de título judicial reconhecendo-a e, por medida de segurança jurídica, inviável a propositura de nova ação que possa repercutir na prolação de sentença totalmente diversa.

Desta forma, plenamente viável que haja o acerto de contas entre os devedores solidários em execução atrelada ao feito principal em que teve lugar a condenação solidária.

Senão vejamos:

*AGRAVO DE INSTRUMENTO – ACIDENTE DE VEÍCULO – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – DEPÓSITO PROCEDIDO PELA SEGURADORA LITISDENUNCIADA QUE ENGLOBOU A TOTALIDADE DO DÉBITO – OBRIGAÇÃO SOLIDÁRIA – PRETENSÃO DE INTIMAÇÃO DO DEVEDOR SOLIDÁRIO PARA PAGAMENTO – DIREITO DE REGRESSO NOS MESMOS AUTOS – POSSIBILIDADE – RECURSO PROVIDO. Considerando que restou incontroverso o depósito judicial perpetrado pela executada, seguradora litisdenunciada, tendo o exequente anuído com o valor, que englobou a **totalidade** do débito, é de se reconhecer que após a quitação da dívida, nada há a impossibilitar que exerça seu direito de regresso frente ao codevedor nos mesmos autos no que concerne à metade da quantia que adimpliu, pois quem efetua o pagamento **integral** da dívida se **sub-roga no direito do credor**, nos termos do art. 346 do CC, cabendo àquela exigir o ressarcimento da quota devida com base no art. 283 do mesmo diploma legal, dando azo, pois, ao provimento recursal. (TJSP; Agravo de Instrumento 2187874-41.2016.8.26.0000; Relator (a): Paulo Ayrosa; Órgão Julgador: 31ª Câmara de Direito Privado; Foro Central Cível - 15ª Vara Cível; Data do Julgamento: 29/11/2016; Data de Registro: 29/11/2016) (negritou-se)*


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Araraquara
FORO DE ARARAQUARA
4ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, n. 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: Araraq4cv@tjsp.jus.br

No entanto, imprescindível que os pagamentos realizados pela impugnada tivessem representado a **integralidade** da dívida a cancelar sua sub-rogação no crédito outrora perseguido, consoante lição tirada do julgado supra.

Neste sentido é a norma do art. 283 do Código Civil, *in verbis*:

O devedor que satisfaz a dívida por inteiro tem direito a exigir de cada um dos co-devedores a sua quota, dividindo-se igualmente por todos a do insolvente, se o houver, presumindo-se iguais, no débito, as partes de todos os co-devedores. (sublinhou-se)

Assim, enquanto a satisfação da dívida ocorreu por força dos diversos pagamentos realizados pelos devedores solidários, não se fala em cobrança de um devedor diante dos demais, pois, repita-se, não efetuou o pagamento integral e, portanto, não se configurou a sub-rogação nos termos do art. 346 do Código Civil.

Diante do exposto e da prova de pagamentos, que é causa de extinção da obrigação, **ACOLHO** as impugnações ao cumprimento de sentença, para, nos termos do art. 924, II, do Código de Processo Civil, julgar extinta a presente execução.

Condeno a exequente ao pagamento de custas e despesas processuais, assim como honorários advocatícios no valor de R\$1.000,00, para cada impugnante, além de correção monetária desta data e juros moratórios do trânsito em julgado.

Após o trânsito em julgado, arquivem-se.

Publique-se e intimem-se.

Araraquara, 17 de outubro de 2018.

ANA CLÁUDIA HABICE KOCK
Juíza de Direito

DATA

Em 17 de outubro de 2018, recebi estes autos em cartório. Nada mais. Eu, _____, Escrivão Judicial I, subscrevo.